



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Pronunciamento feito na primeira reunião ministerial em 19 de março de 1974.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da
República,

Excelentíssimos Senhores Ministros:

Esta primeira reunião ministerial é o marco inicial de uma ação de equipe que espero venha a se estender, coordenada e perseverantemente, por todo o nosso período governamental, para o devido cumprimento das pesadas responsabilidades que assumimos.

Entendo que, na ampla e complexa escala da problemática nacional, não cabe atribuição que seja estritamente da responsabilidade única e total de determinado Ministério. Toda ação de governo é hoje necessariamente integrada, em face das repercussões inevitáveis de dependência, mais ou menos estreita, entre os vários setores em que, através de planos, programas e projetos, se desdobra a multiforme atividade — gerencial, promotora ou simplesmente incentivadora — do Governo. Essa realidade indiscutível exige máxima coesão da equipe minis-

terial, assegurada por freqüentes e francas discussões de grupo, em reuniões formais ou informais, dos problemas que a defrontem. Não pode, nem deve haver compartimentações, pois estas, geralmente, são frustrantes e propiciadoras de erros, por vezes irreparáveis.

Estou certo de contar com a total adesão dos Senhores Ministros a este processo de trabalho. De outra parte, não lhes faltará, a qualquer tempo e em tudo que o requerer, a minha interferência coordenadora, exercida pessoalmente ou através de delegação. Em todos os casos, assumirei plena responsabilidade pela decisão final que, de direito e de fato, couber ao Presidente da República.

Em contrapartida à ampla liberdade de debate que assegurarei e espero ver implantada nos vários escalões da administração pública, deve haver, necessariamente, leal e disciplinado acatamento à decisão que afinal for tomada, no momento certo, pelo chefe responsável.

Em pronunciamento público já salientei que a Revolução modernizadora de 1964 fundamenta toda sua doutrina estratégica no binômio do Desenvolvimento e da Segurança, reconhecido desde logo que, em essência, o primeiro é dominante. Em termos mais precisos pode dizer-se que a ação estratégica da Revolução tem sido e continuará a ser exercida de modo a promover, para a Nação brasileira, em cada etapa, o máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança indispensável.

O desenvolvimento de uma Nação é, necessariamente, um desenvolvimento integrado, o que não implica, de forma alguma, progresso linear, paralelo, entre os vários setores, admitindo-se, ao contrário, defasagens impostas por fatores conjunturais e pela sempre limitativa disponibilidade de recursos e, bem assim, por decisão estratégica de avanço mais rápido, a princípio, em setores considerados prioritários. Importa reconhecer, entretanto, que retardos excessivos em qualquer parte da ampla frente da ação governamental acabarão, inevitavelmente, por frear o progresso em todos os outros setores.

De forma semelhante, no quadro da segurança nacional, o processo de seu reforço é também essencialmente integrado, de vez que esse processo é o mesmo do próprio desenvolvimento nacional, aplicado apenas em campo especializado e mais restrito. O mínimo de segurança indispensável resulta, pois, da interação devidamente balanceada dos diferentes graus de segurança alcançados ou desejados, em cada um dos seus setores componentes.

Cabe salientar, ainda, a estreita vinculação que se estabelece entre esses dois processos aqui apresentados distintamente — o do desenvolvimento nacional e o da segurança — ambos integrados nas suas áreas peculiares, mas, também, integrados entre si.

Organicidade, integração e articulação sistemática devem reger, portanto, em todas as

atividades do governo, tanto na área do desenvolvimento quanto na esfera mais limitada da segurança nacional. Daí, a exigência de planejamento, programas e projetos integrados, ação governamental integrada e, pois, um Ministério também integrado, coeso e bem coordenado.

Na escolha dos destacados nomes que compõem a minha equipe de governo, levei especialmente em conta o elevado potencial de cada um para o trabalho em grupo e espero não me ter enganado. Quanto a mim, zelarei sempre para que assim funcione o escalão superior do governo, inspirando, de alto a baixo, a praxis administrativa. Estou convicto de que só deste modo, somando energias e livremente confrontando idéias, poderemos dar conta da ingente tarefa que nos foi cometida, de impulsionar este portentoso país, em mais uma etapa, decisiva e larga, de progresso acelerado para seus grandes destinos.

Certo é que recebemos valiosa herança dos governos da Revolução, os quais, nesses últimos dez anos, conseguiram alçar o Brasil a posição de destaque no quadro das novas potências emergentes, com um mercado interno que se situa entre os dez maiores do mundo ocidental e um Produto Interno Bruto, este ano, da ordem de sessenta e seis bilhões de dólares. Após uma fase de sacrifícios inadiáveis, onde se impuseram como prioridades o combate à inflação, a remodelação das instituições econômicas e a instauração da credibilidade externa e, paralelamente, a criação de um clima de ordem, estabilidade,

dedicação ao trabalho e confiança no futuro — passamos a colher índices de desempenho altamente satisfatórios: taxas de crescimento do produto real, desde 1968, entre 9 e 11,5% ao ano; inflação cadente e neutralizada, em suas maiores distorções, pela correção monetária e pelo sistema das minidesvalorizações cambiais; balanços de pagamentos superavitários, permitindo o acúmulo de reservas que, em dezembro de 1973, se elevaram a mais de seis bilhões de dólares.

Principalmente no governo do Presidente Médici, com o alto dinamismo da economia, registraram-se os maiores indicadores de prosperidade da história moderna do país, esperando-se atingir, em 1974, um nível de renda per capita superior a 600 dólares.

A grande expansão e diversificação de nosso setor externo, realizadas nesses dez anos, levou o comércio exterior do Brasil ao valor de doze bilhões de dólares em 1973, o que possibilita ao país enfrentar confiantemente os desafios mais sérios do futuro.

Não é menos certo, porém, que drásticas mudanças ocorridas no cenário mundial — como a grave crise de energia, a escassez de alimentos e matérias-primas essenciais, em geral, a do petróleo e seus derivados, em particular, a instabilidade no sistema monetário internacional, ainda em dolorosa busca de nova ordenação, a inflação que se generaliza pelo mundo todo a taxas alarmantes, as tensões políticas e sociais, exacerbadas pelo fermento do apelo irrespon-

sável à violência e que intranquilizam a vida das nações, num cenário de transição para nova ordem internacional de contornos ainda indefinidos determinarão sérias repercussões no panorama nacional, sobretudo num ano de intensa atividade política, como este de 1974, em que significativos eventos ocorrerão na vida nacional.

Os grandes êxitos alcançados e o espírito de unidade dos governos da Revolução, mantido a despeito do salutar rodízio de pessoas próprio do regime democrático, recomendam uma linha mestra de continuidade de ideais e de planos para a ação governamental.

Continuidade, todavia, não significa imobilismo. E, se temos forçosamente de nos adaptar àquelas novas circunstâncias externas, as quais representam sérios desafios, devemos não só aperfeiçoar os mecanismos institucionais de coordenação da política do desenvolvimento e segurança, mas, por outro lado, atender a novos objetivos e a novas prioridades que decorram, naturalmente, do estágio de progresso mais elevado já alcançado pelo país.

Assim, em alguns casos, variará o esforço principal da ação do Governo e graduar-se-ão diferentemente os esforços secundários. Isso não significa, entretanto, que se pretenda abandonar o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, ainda vigente para este ano, mas que, de fato, tratar-se-á de completá-lo, prolongá-lo e de complementá-lo através do Segundo Plano em elaboração, dentro de diretrizes básicas análogas.

porém adequadas à presente situação e à sua possível evolução nos próximos anos.

Para tanto, contamos com a confiança e cooperação que o povo de nossa terra tem dado aos governos da Revolução de 64 e que certamente também não nos faltarão.

Assim, no campo da política externa, obedecendo a um pragmatismo responsável e conscientes dos deveres da Nação, bem mais adulta, no terreno da solidariedade e cooperação internacionais em prol do progresso da humanidade e da paz mundial, daremos relevo especial ao nosso relacionamento com as nações-irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar. Impulsionaremos a ação diplomática, alerta sempre para a detecção de novas oportunidades e a serviço, em particular, dos interesses de nosso comércio exterior, da garantia do suprimento adequado de matérias-primas e produtos essenciais e do acesso à tecnologia mais atualizada de que não dispomos ainda, fazendo para tanto, com prudência e tato mas com firmeza, as opções e os realinhamentos indispensáveis.

Quanto ao setor político interno, envidaremos sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64. Os instrumentos excepcionais de que o

Governo se acha armado para manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-social do país sem pausas de estagnação nem, muito menos, retrocessos sempre perigosos, almejo vê-los não tanto em exercício duradouro ou freqüente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que se vejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional.

É evidente que isso não dependerá, tão-somente, do Poder Executivo federal, pois reclama, em larga medida, colaboração sincera e efetiva dos outros Poderes da Nação, bem como a dos demais órgãos de Governo nas esferas estaduais e mesmo municipais, inclusive para seu próprio saneamento e consciente autodisciplina. Dependerá necessariamente de que o espírito de contestação de minorias trêfegas ou transviadas, perturbador da vida do país, irresponsável ou demagógico, com apelo até às armas do embuste, da intriga ou da violência, acabe por exaurir-se, ante repúdio geral, pelo reconhecimento pleno da realidade hoje incontestável que é a da implantação definitiva de nossa doutrina revolucionária.

E não se acoime esta de antidemocrática quando ao que ela visa, em verdade, é o aperfeiçoamento, em termos provadamente realistas, das práticas democráticas, adequando-as melhor

às características de nossa gente e ao estágio alcançado pela evolução social e política do país, a salvo porém de atentados, declarados ou sorlertes, por parte dos que, em nome da democracia liberal, só desejam de fato destruí-la ou, em proveito próprio, viciá-la.

Aos organismos intermediários que, nos mais variados setores de atividade, compõem todo o rico complexo da sociedade brasileira, não só lhes reconheceremos e garantiremos o pleno exercício dentro das limitações estatuídas em lei, mas poderemos até aceitar-lhes a colaboração desinteressada, leal e nunca impositiva, ou mesmo incentivar e auxiliá-los em seus nobres e elevados propósitos, desde que julgados de benemerência ou utilidade real para o país. O que lhes não poderemos nem devemos outorgar, no resguardo da própria dignidade do poder federal, será a intromissão, sempre indevida, em áreas de responsabilidade privativa do Governo, a crítica quando desabusada ou mentirosa, as pressões insistentes e descabidas que partam de quem não tem o mínimo de compromisso inerente ao múnus público.

No quadro do desenvolvimento econômico, nada pretendemos inovar pelo mero desejo de mudança. Ao contrário, adotaremos as mesmas linhas-mestras da política que até agora vem sendo seguida com benefícios comprovados para o país e extraordinários êxitos por todos atestados. Estamos convencidos, porém, de que a própria continuidade depende da capacidade de

mudança em face de alterações sensíveis do quadro conjuntural interno e externo.

Às fortes influências inflacionárias que ora nos chegam do exterior, responderemos com redobrada vigilância na contenção da inflação, mantendo os mecanismos de controle de preços e salários ainda indispensáveis à contenção de pressões altistas. Buscaremos enquadrar o controle dos preços em esquemas normativos melhor definidos e, no que for possível, semi-automáticos, a salvo, portanto, do arbítrio pessoal sujeito a erros de julgamento e até a impulsos não de todo conscientes, e de modo que nunca se penalizem os esforços válidos de melhoria da produtividade nem se estabeleçam privilégios indefensáveis ou disparidades entre produtores. A par disso, as medidas monetárias e fiscais cabíveis deverão ser tomadas, para proteção do consumidor em geral e das iniciativas empresariais, das quais depende o próprio desenvolvimento acelerado do país.

Deve admitir-se, no entanto, que a crise internacional de matérias-primas críticas exigirá o realinhamento de vários preços internos como os de derivados de petróleo, que terão de ascender necessariamente a um justo patamar mais elevado, admitido um escalonamento como, por exemplo, entre óleo diesel e gasolinas comum ou de superior índice de octanagem, em função da significação econômica do consumo. A alternativa a esse realinhamento seria a criação ou manutenção de subsídios expressos ou insumidos, por todos os títulos desaconselháveis e

mesmo injustos, por incentivar desperdícios e obrigar muitos, se não todos, a pagar pelo consumo conspícuo de poucos. A verdade também deve reger no setor da economia.

Em todo caso, tais reajustes corretivos não deverão servir de pretexto à retomada de corrosivas e irresponsáveis expectativas inflacionárias. Nesse sentido, estaremos vigilantes.

Por outro lado, impacto diverso, não menos importante, das mudanças ocorridas na estrutura internacional de preços deverá sentir-se em nosso balanço de pagamentos. Serão bem mais altas, por conseguinte, as necessidades de ingresso líquido de capitais estrangeiros — possivelmente o dobro em 1974 do que precisamos no ano anterior. Torna-se pois recomendável a manutenção, em áreas não-estratégicas, da mesma política sábia de tratamento equânime e até mesmo favorecedor que vem sendo concedido ao capital estrangeiro, sobretudo capitais de risco, para os quais o Brasil constitui uma área singular de elevada atração.

Os altos níveis de liquidez mundial, em particular a disponibilidade, em busca de aplicações rendosas e garantidas, de vultosos e crescentes recursos em capital livre no mundo árabe, ao qual nos ligam antigos e sólidos laços de amizade, pela extraordinária participação em nossa vida financeira, econômica e cultural de representantes seus, hoje tão bem integrados na sociedade brasileira e, de outro lado, a credibilidade internacional que o Brasil granjeou, pelo

seu excepcional desempenho econômico e, mais concretamente, pelo alto nível de suas reservas cambiais, tornam muito viável o ingresso desses recursos, sob a forma tanto de capitais de empréstimo como de risco.

Devemos evitar porém que, no futuro, a dívida externa cresça despropositadamente às nossas exportações. Para tanto, importará sobremaneira aumentar as vendas ao exterior, agressivamente, e eliminar quaisquer desperdícios na pauta das importações. Insistiremos, ao mesmo tempo, para que tratamento justo, se não preferencial como deveria ser, seja dado às nossas exportações pelos países mais desenvolvidos, os quais sempre timbraram, por longos anos, em estimular a industrialização das áreas subdesenvolvidas e não podem agora, paradoxal e irresponsavelmente, bloquear-lhes a exportação de manufaturados sob a alegação de competição favorecida.

Prioridade número um da estratégia econômica será a de manter altas taxas de crescimento do produto real, compatíveis com as registradas nos últimos anos, objetivando nova etapa, superior, de consolidação de uma economia moderna, principalmente nas áreas mais desenvolvidas do país.

O alto nível de investimentos públicos e privados, a vitalidade de nossa indústria e a potencialidade de nossa agricultura justificam a esperança de que possamos continuar crescendo rapidamente, não obstante as vicissitudes que

assaltam hoje a economia mundial. Para isso, impor-se-ão, naturalmente, a revisão de prioridades e, não menos essencialmente, a eliminação de todo desperdício, de modo a extrair-se o máximo resultado de nosso continuado e intenso esforço de desenvolvimento.

Assim, a par de uma ação tenaz no sentido de reduzir nossa dependência quanto a fontes externas de energia — e vai nisso um redobrado apelo à pesquisa em áreas petrolíferas promissoras e ao aumento continuado de nossa capacidade de refino — ou, pelo menos, de assegurar o suprimento, a prazo médio e se possível longo, do mercado nacional a preços dos mais reduzidos, atenção toda especial será dada, na área da infra-estrutura, ao impulsionamento do programa nacional de corredores de transportes, como solução moderna e integrada para os problemas da circulação de bens, criados por uma economia já complexa e diversificada — tanto corredores de exportação como os que atendam à importação ou a interesses industriais — mas com ênfase particular à modernização, eletrificação e desenvolvimento do sistema ferroviário, à ampliação e maior eficiência do transporte fluvial e marítimo, dispensando, na medida do possível, onerosos afretamentos, ao reaparelhamento dos portos e à pavimentação das rodovias. A escassez de combustíveis líquidos confere ênfase ainda maior a essa prioridade, aliás já considerada no Governo Médici, recomendando-se também esforços prioritários quanto ao aproveitamento racional de novos recursos hidre-

létricos ainda disponíveis e quanto à intensiva preparação do país para a era da energia nuclear, seja através da pesquisa de jazimentos de minerais físseis, seja pela absorção da tecnologia de alta especialização, característica desse setor sofisticado, sem que se esqueçam, ademais, as possibilidades do aproveitamento de outras fontes de energia como o carvão, o xisto e a energia solar, por exemplo.

No setor industrial, cabe salientada a importância de alcançarmos, no mais curto prazo, nossa maioridade em dois setores básicos, além do siderúrgico — o da indústria eletrônica, especialmente quanto a computadores, e o da indústria de bens de capital que ainda nos oferece a possibilidade de substituir importações. Da mesma forma deveremos reduzir nossa dependência de fontes externas no que respeita a matérias-primas básicas como, principalmente, metais não-ferrosos e produtos químicos, inclusive fertilizantes e petroquímicos.

Em particular, na mineração — desafio prioritário a que devemos atender decididamente até fins desta década — urge incentivar a pesquisa e a lavra em moldes adiantados, atraindo a colaboração indispensável da iniciativa privada, com vistas tanto a satisfazer nossas próprias necessidades cada dia mais acrescidas de um consumo ainda excessivamente dependente do exterior, como desenvolver mais a exportação de minerais abundantes no país na forma mais nobre possível.

No que se refere ao setor crítico do desenvolvimento tecnológico, com aplicação especial nos setores industrial, da agropecuária e da infra-estrutura, trataremos de criar instrumentos que induzam as empresas, privadas e públicas, nacionais e as estrangeiras com sede no país, a se engajarem no esforço primacial de elaboração e adaptação da tecnologia. Nesse particular, sendo notoriamente escassas nossas disponibilidades tanto em capital como, sobretudo, em pessoal qualificado, daremos nítida prioridade à tecnologia relativa ao aproveitamento de recursos tropicais autóctones, não disponível por certo no exterior, recorrendo sem vexame, no demais, ao cabedal de conhecimentos já desenvolvidos em outros países, pelo qual pagaremos nada mais que o justo preço, tanto em termos de divisas como de garantias, sob estrita vigilância que resguarde uma autêntica transferência de tecnologia sempre atualizada e, assim, a futura autonomia do país. Às grandes empresas estatais caberá proeminente papel no desenvolvimento tecnológico nacional — pois são evidentes as deficiências, para tanto, do empresariado privado em geral. Proeminência caberá também aos órgãos de pesquisa mantidos ou apoiados pelo governo, cujas atividades precisam ser bem coordenadas e orientadas especialmente para o setor da pesquisa aplicada e devidamente entrosadas com as atividades dos possíveis usuários no campo empresarial.

Não descuidaremos, por outro lado, de limitar, o mais possível, as alarmantes deseco-

nomias que entre nós resultam do desperdício irresponsável na utilização de recursos naturais, mesmo os mais escassos, assim como de velar pela adoção de práticas racionais contra a poluição ambiental, valendo-nos da dramática experiência de outros países, embora sem descabidos exageros que venham a tolher o nosso desenvolvimento econômico.

Nossa estratégia de desenvolvimento continuará voltada, por outro lado, para a conjugação da ocupação econômica do território brasileiro com o impulsionamento à produção agrícola, pecuária, agro-industrial e à indústria de mineração, em áreas novas do Nordeste, Centro-Oeste e Amazônia, tendo em vista inclusive a exportação.

Trata-se, muito em especial, pela expansão da fronteira agrícola nessas áreas, bem como pelo aumento da produção em áreas já ocupadas onde o preço da terra em exagerada ascensão impõe milagres de produtividade, de dar ao Brasil condições efetivas para realizar plenamente sua vocação de grande supridor mundial de produtos agrícolas, pecuários e agro-industriais não tradicionais — o soja, o sorgo, milho, carne, madeira e celulose, frutas tropicais e alimentos industrializados. As oportunidades que se oferecem ao país, nesse particular, são excelentes em face da fome mundial por produtos tais e das exigências crescentes de nossa população em franca expansão, seja numérica, seja em sua capacidade de demanda efetiva, tratando-se, ademais, de setor em que

se pode esperar resposta bem mais rápida às medidas de promoção e incentivo.

Justo é reconhecer que, desde 64, muito se tem feito pela nossa agricultura, se não tanto pela pecuária, especialmente no campo do crédito rural e do mecanismo dos preços mínimos. Ressaltemos, por outro lado, que os preços médios recebidos pelos agricultores têm subido, nos últimos anos, em proporção bem superior aos preços industriais. Contudo, em matéria de agropecuária ainda temos longo caminho a percorrer, seja no aperfeiçoamento dos próprios mecanismo de crédito e de preços, de seguro e extensão rural, assistência técnica, pesquisa e seleção genética, seja também na difusão do uso de insumos modernos, da armazenagem e formação de estoques reguladores, seja ainda no aperfeiçoamento dos mecanismos de comercialização. E isso, no fundo, é bastante promissor, pois mostra quanto poderemos multiplicar nossa produção, a prazo curto, se aplicados remédios adequados a tais deficiências.

Nesse quadro, talvez o problema mais importante a enfrentar seja o de como levar ao setor agrícola, em amplas proporções, a capacidade empresarial que já se mostrou capaz de criar a economia industrial e urbana que o país hoje apresenta. Instrumentos novos e eficazes deverão ser criados com vistas a implantar-se, nas diferentes regiões agrícolas e a exemplo do que já se vem fazendo em áreas do Centro-Sul, a empresa agrícola, com estrutura e comportamento comparáveis à empresa industrial e

de serviços. Isso, sem prejuízo das preocupações sociais do Governo quanto ao desenvolvimento rural.

Programas como o de Integração Nacional, PROTERRA, PROVALE e PRODOESTE, em sua nova etapa, deverão levar em conta a diretriz antes definida. Serão complementados por novos programas diretamente orientados para essa frente prioritária, como o Programa de Áreas Integradas do Nordeste, já em início de execução, e o Programa da Agro-Indústria do Nordeste, com projeto que se acha em fase final de elaboração.

Desta forma, o esforço de integração nacional adquire nova dimensão — a ocupação de espaços praticamente virgens irá, não apenas contribuir para a expansão do emprego e do produto interno bruto, mas permitirá ao país, ademais, sem prejuízo do abastecimento interno, ampliar expressivamente o volume de suas exportações para obtenção de divisas cada dia mais indispensáveis.

No panorama mais amplo da estrutura empresarial do país cabe assinalar que, da evolução recente da economia nacional, tem resultado o espetacular aumento, em eficiência e dimensões, das grandes empresas estatais e a participação cada vez maior da empresa privada estrangeira, ao mesmo passo que relativa estagnação da empresa privada nacional. Urge, pois, cuidar do fortalecimento deste último setor empresarial para que venha a ocupar o lugar

de equilíbrio que lhe compete, até mesmo para maior conforto e estímulo aos outros dois setores, hoje praticamente em confrontação direta.

No campo estritamente financeiro, ao ressaltar o surpreendente potencial de poupança da população que as estatísticas comprovam, cumpre reconhecer que se impõe ao Estado cuidar do pronto saneamento e do paulatino e seguro fortalecimento do mercado de capitais, não reaceando a captação de recursos externos sob ajustado controle, nem abandonando, à própria sorte, os pequenos investidores, inclusive nas minorias notadamente desprotegidas das sociedades anônimas. Meu Governo reconhece as suas responsabilidades nesse particular e buscará adotar prontas e eficazes medidas.

Os setores bancário e securitário receberão, por sua vez, redobrada atenção, com vistas também a saneá-los e fortalecê-los, orientando-se convenientemente a aplicação das reservas.

Nisso tudo, cumpre ao Governo, em primeira linha, dar o bom exemplo, pela austeridade nos gastos públicos, vigilante controle da aplicação dos recursos orçamentários e extra-orçamentários, pronta correição dos desmandos que venham a ocorrer. E algumas medidas, de valor antes simbólico que real, deverão ser adotadas desde logo, como nas viagens ao exterior de membros do Governo, por exemplo, a fim de que se caracterize o modelo de contenção das despesas, desde o mais elevado escalão da administração.

No campo social do bem-estar do povo, importa ressaltar que a estratégia de desenvolvimento adotada, respeitando embora a prioridade essencial que se deve dar ao crescimento do produto real, preocupa-se, sobremaneira, com a universalização dos benefícios que se forem alcançando, a fim de que o elevado aumento esperado na renda *per capita* do país, para esta década — da ordem de 100% —, não seja apenas um indicador abstrato, mas conduza realmente à melhoria dos padrões de vida de todas as camadas sociais.

O Censo de 1970, a despeito de suas imprecisões, revelou que as desigualdades individuais de renda se mostravam muito mais acentuadas entre nós do que na maioria dos países do mundo ocidental; que os benefícios do desenvolvimento, na década de 1960, foram colhidos, em sua maior parte, pela camada mais rica da população economicamente ativa; e que o hiato entre os salários da mão-de-obra qualificada e não-qualificada era desmedidamente intenso em relação aos padrões internacionais. Ao mesmo tempo, persistem agudas disparidades econômicas regionais que expõem o contraste de um Centro-Sul razoavelmente desenvolvido com um Norte e Nordeste ainda flagrantemente contaminados pelo subdesenvolvimento. A política de incentivos fiscais, se impediu que os desníveis regionais se agravassem, não teve força suficiente para corrigir, de forma significativa, os desníveis de produtividade e de renda *per capita*.

Um exame detido do problema revela que a melhoria da distribuição de renda, para compatibilizar-se com a manutenção de altas taxas de crescimento econômico, é processo que demanda tempo e racionalidade. O distributivismo fácil que tenta atenuar as desigualdades individuais pela prodigalidade no reajuste dos salários nominais, está fadado ao fracasso pelo que gera de tensões inflacionárias, de limitação das oportunidades de emprego e de mutilação do potencial de poupança e de desenvolvimento. Nossa experiência anterior à Revolução de 1964 e experiências semelhantes em outros países desabonam definitivamente esse distributivismo emocional. A melhoria da distribuição pessoal da renda terá que resultar, em primeiro lugar, da valorização do homem pela educação e pela política de desenvolvimento e criação de empregos e, em segundo lugar, do aperfeiçoamento da política fiscal, da criação de fundos institucionais de poupança pertencentes aos trabalhadores e da melhoria da saúde e da assistência social. A propósito, é alvissareiro registrar a atual escassez de mão-de-obra, inclusive nos menores níveis de qualificação — sinal de que os frutos do desenvolvimento estão atingindo as camadas menos favorecidas da força de trabalho, num sintoma sugestivo de melhoria da distribuição de renda.

No que diz respeito às desigualdades econômicas regionais cabe, em primeiro lugar, aprimorar os mecanismos de utilização dos incentivos do Imposto de Renda, melhorando os cri-

térios de seleção dos projetos, adaptando-os às vantagens comparativas de cada região e assegurando o equilíbrio entre a oferta e a procura de incentivos. E, em segundo lugar, aperfeiçoar o sistema de distribuição das rendas tributárias, de modo a permitir maior equilíbrio entre as taxas de desenvolvimento das diferentes Unidades da Federação. Nesse particular, cabe dizer que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, se representou notável progresso em relação ao antigo Imposto sobre Vendas e Consignações, ainda distribui inadequadamente a renda fiscal entre regiões.

No quadro mais geral do aperfeiçoamento de nosso potencial humano — e o Homem brasileiro, sem distinção de classe, raça ou região onde viva e trabalhe, é o objeto supremo de todo o planejamento nacional —, o Governo Federal, nas suas prioridades, colocará recursos suficientes para novos programas especiais nos campos principalmente da Educação, da Cultura e da Saúde, em moldes a serem definidos no novo Plano Nacional de Desenvolvimento.

De qualquer modo, coordenando, apoiando, controlando ou complementando as atividades a cargo dos Estados da Federação e dos Municípios, cuidar-se-á muito especialmente:

— da universalização do ensino de 1º grau, buscando atingirem-se as metas, ambiciosas mas justas, da recente reforma básica do ensino, em implantação;

— da melhoria, em qualidade, do ensino de 2º grau, dando-lhe o saudável conteúdo pro-

fissionalizante e terminativo que ora deve inspirá-lo, mas que exige tempo e abundantes recursos novos em professores habilitados e em material didático e de treinamento — todo um amplo programa a cumprir-se, inclusive através de bem orientada política de incentivos aos estabelecimentos particulares do ramo;

— do ensino técnico e preparação de mão-de-obra qualificada, nos vários níveis exigidos pelo desenvolvimento do país;

— de uma reforma universitária que objective a instituição de universidades polivalentes e multifuncionais, bem integradas na sociedade, multiplicando-se as ofertas de cursos de curta duração e incentivando-se, sob vigilância mais severa, os cursos de pós-graduação, mas sempre visando prioritariamente à melhoria da finalidade e eficiência do ensino superior cuja notável expansão acelerada dos últimos anos, dentro da idéia generosa e democrática de ampliar as oportunidades de formação universitária, não poderia deixar de abrir margens ao perigo da redução qualitativa;

— da erradicação definitiva do analfabetismo de adultos, transferindo-se desde logo os recursos que paulatinamente venham a ficar disponíveis, para o ensino supletivo de 1º grau, voltado para as necessidades dos recém-alfabetizados mais jovens e aproveitando-se, em ambos os casos, a válida experiência do MOBREAL para campanhas nos setores da educação sanitária, da medicina preventiva, da

coleta de dados estatísticos e da difusão da cultura, entre outras;

— do apoio às atividades culturais, estimulando a criatividade, de um lado, e possibilitando maior acesso a nosso rico patrimônio cultural, ainda insuficientemente conhecido;

— da educação física e da prática dos desportos, como valiosos elementos de aperfeiçoamento dos valores morais do indivíduo e de elevação de sua capacidade física, componentes indispensáveis de uma política de desenvolvimento social e de integração nacional;

— do saneamento básico e da medicina preventiva, para o que se tratará de dar remédio à carência crítica de profissionais especializados que hoje limita quaisquer esforços, e de promover, desde logo, a integração dos institutos de pesquisa nas atividades programadas;

— do fortalecimento da estrutura sindical tanto na cidade como no campo, possibilitando-se a seleção de uma liderança autêntica e mobilizando-se os sindicatos para sadia cooperação às atividades culturais e educativas, inclusive a educação sanitária e educação física;

— da implantação efetiva das regiões metropolitanas, para cobertura do deficit de serviços básicos nas grandes áreas urbanas do país, principalmente quanto a transportes coletivos, água, esgotos, combate ao crime e zoneamento, dando-se relevo ao papel que assume, hoje em dia, o encaminhamento de soluções modernas e de grande porte para os transportes

de massa, como único meio eficaz de reduzir, realisticamente, a dependência excessiva em relação ao uso do transporte individual;

— do aperfeiçoamento do mecanismo técnico, administrativo e financeiro dos programas do Banco Nacional da Habitação, ampliado em suas funções como principal agente financeiro especializado para o complexo das atividades básicas do desenvolvimento urbano, objetivando-se em particular, no setor de habitação, proporcionar melhores oportunidades para as classes da população de menor poder aquisitivo e recorrendo a uma descentralização operacional por todo o território nacional, em articulação com Estados e Municípios;

— do atendimento urgente ao grave problema do menor abandonado que infesta sobretudo os grandes centros urbanos; e

— da modernização do arcaico e desumano sistema penitenciário existente no país.

Tal conjunto de atividades exigirá a aplicação de recursos vultosos, sem dúvida, mas constitui, de fato, investimento de alta rentabilidade reflexa, a prazo médio ou longo, no próprio desenvolvimento econômico do país e exige imperiosamente a implantação de um rigoroso sistema de controle na base da computação de índices da produtividade real pelo confronto entre custos e benefícios.

Por outro lado, a experiência acumulada nos últimos anos em matéria de política de desenvolvimento recomenda uma série de aperfeiço-

mentos institucionais na legislação geral e no funcionamento da cúpula governamental. Nesse sentido, estou remetendo ao Congresso Nacional dois projetos de lei, o primeiro reformulando a estrutura ministerial, o segundo modificando a composição e as atribuições do Conselho Monetário Nacional, além de um projeto de lei complementar visando à programação integrada dos recursos do PIS e do PASEP.

O primeiro projeto transforma o atual Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em Secretaria do Planejamento, órgão de assessoramento direto da Presidência da República; cria o Ministério da Previdência e Assistência Social, o qual se encarregará do sistema previdenciário e da assistência social que assim ganha um *status* correspondente à alta prioridade que o Governo atribui a esse setor; cria o Conselho Nacional do Desenvolvimento e aperfeiçoa os mecanismos de coordenação interministerial.

O segundo projeto remodela o Conselho Monetário Nacional, simplificando a sua estrutura, assegurando harmonia entre as suas deliberações e as diretrizes traçadas pelo Poder Executivo e retirando-lhe as atribuições relativas à política nacional do abastecimento. Estas passarão a ser executadas conjuntamente pelos Ministros Chefe da Secretaria do Planejamento, da Fazenda, dos Transportes e da Agricultura, sob a coordenação deste último.

Os dois projetos de lei citados, ressaltando o caráter orgânico e integrado que se quer

emprestar à ação do Governo, representam o primeiro passo no sentido de aperfeiçoar as nossas instituições dentro da linha de continuidade administrativa. Outros aperfeiçoamentos naturalmente se imporão com o correr do tempo, a começar pela simplificação do esquema administrativo, diminuindo-se a prejudicial duplicação de órgãos e superposição de funções, sempre que possível, e pelo remanejamento dos que não se encontram bem enquadrados em alguns Ministérios, devendo ser deslocados para outro.

O desenvolvimento do nosso sistema financeiro, os mecanismos de acompanhamento e de controle de preços, a participação das empresas multinacionais têm sido guiados por muitas regras não escritas e por critérios nem sempre explícitos que vêm sendo formados pelo consenso das autoridades no seu diálogo com o setor privado. Já adquirimos suficiente experiência para que, agora, explicitemos as regras do jogo, de modo a simplificar a administração pública, a fortalecer a confiança dos empresários e assegurar a igualação das oportunidades. Do mesmo modo, precisaremos aprimorar o funcionamento do nosso sistema financeiro, agilizando-o de acordo com as exigências do desenvolvimento e aperfeiçoar o sistema fiscal, particularmente o Imposto de Renda e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, tornando-os socialmente mais equitativos e economicamente mais funcionais.

Outra preocupação que assalta, desde logo, o Governo, diz respeito à excessiva multiplicidade de leis, decretos e regulamentos, muitas vezes dificultando a interpretação e a correta aplicação; será empreendido grande esforço para a necessária consolidação e, em certos casos, atualização.

Para finalizar, devo recomendar aos Senhores Ministros interesse particular por um melhor entrosamento dos órgãos ministeriais e das centrais do sistema nacional de informações, assim como articulação bem coordenada entre as assessorias de imprensa da Presidência e dos diversos Ministérios.

Quanto às Forças Armadas, reservar-me-ei para apresentar minhas diretrizes gerais na primeira reunião do Alto Comando que se realizará nos próximos dias.

Muito obrigado.